

Atena
Editora
Ano 2021

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



A Pesquisa em Psicologia:

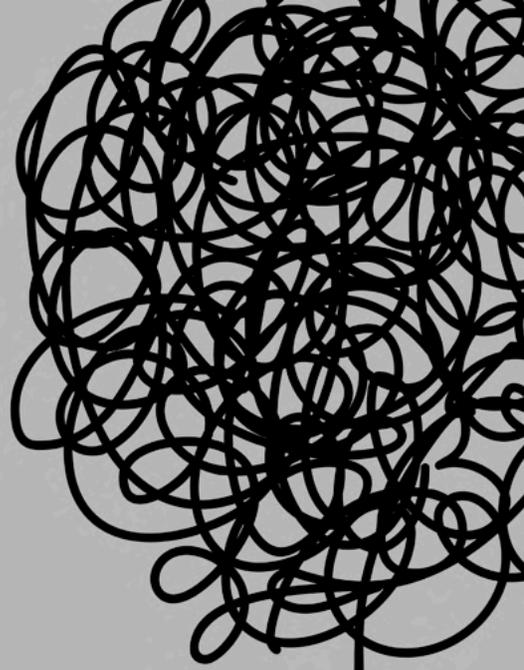
Contribuições para o
Debate Metodológico

2



Atena
Editora
Ano 2021

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



A Pesquisa em Psicologia:

Contribuições para o
Debate Metodológico

2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

A pesquisa em psicologia: contribuições para o debate metodológico 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 A pesquisa em psicologia: contribuições para o debate metodológico 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-430-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.303210209>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *A Pesquisa em Psicologia: Contribuições para o Debate Metodológico 2*, reúne vinte e sete artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os mitos, o erotismo, os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte, assim como de uma, não tão nova, ferramenta para o tratamento psicológico que é o teleatendimento.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CONTOS DE FADAS: VAMOS JOGAR?

Paula Isabel Gonçalves dos Santos

Marta Silva Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102091>

CAPÍTULO 2..... 12

OFICINA TERAPÊUTICA DE ESCRITA COM ADOLESCENTES: A ELABORAÇÃO DE UMA TRAVESSIA

Lorena Peixoto da Silva

Emilse Terezinha Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102092>

CAPÍTULO 3..... 22

UM OLHAR À MÃE: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DE PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA COM GESTANTES DA REDE PÚBLICA

Thais Daiane Schmidt

Nadia Sefrin Nascimento Pinto

Evelyn Mates Bueno

Rosiane Guetter Mello

Thairine Camargo dos Santos

Ana Glória Siqueira da Silva

Bruna de Moraes Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102093>

CAPÍTULO 4..... 35

REDES SOCIAIS VIRTUAIS (*INSTAGRAM E FACEBOOK*): APOIO MÚTUO E INFLUÊNCIA PSICOLÓGICA DIANTE DA VIVÊNCIA DA INFERTILIDADE

Ana Paula Estevam Melo Pimentel

Juliana Santos de Souza Hannum

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102094>

CAPÍTULO 5..... 51

AS INFLUÊNCIAS DA INTERNET E REDES SOCIAIS E SEU USO PATOLÓGICO NA SOCIEDADE DIGITAL

Jéssel Renan Balleroni

Felipe Boso Brista

Adriana Pagan Tonon

Fernando Luis Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102095>

CAPÍTULO 6..... 64

A COMPREENSÃO DOS SONHOS NA CLÍNICA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL: UM ESTUDO TEÓRICO

Maria de Fátima Belancieri

Felipe da Silva Bazilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102096>

CAPÍTULO 7..... 75

PROPRIEDADES DE CONTROLE AVERSIVO EM MANUAIS DE PSICOTERAPIA ANALÍTICO-FUNCIONAIS CONTRARIAM AS RECOMENDAÇÕES DE SKINNER E SIDMAN?

Fanny Bohnenberger Ruschel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102097>

CAPÍTULO 8..... 91

PELO SUJEITO EM ECOLINGUÍSTICA

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102098>

CAPÍTULO 9..... 99

PREVALENCIA DE DEPRESIÓN EN EL ADULTO MAYOR DEL POBLADO DE AQUILES SERDÁN, CHAMPOTÓN, CAMPECHE

Betty Sarabia Alcocer

Betty Mónica Velázquez-Sarabia

María Eugenia López-Caamal

Baldemar Aké-Canché

Tomás Joel López-Gutiérrez

Carmen Cecilia Lara-Gamboa

María Concepción Ruíz de Chávez-Figueroa

María Guadalupe Jaimez-Rodríguez

Pedro Gerbacio Canul Rodríguez

Rafael Manuel de Jesús Mex-Álvarez

Patricia Margarita Garma-Quen

Alicia Mariela Morales Diego

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102099>

CAPÍTULO 10..... 109

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO DE SUICÍDIO E COMPORTAMENTOS AUTOLESIVOS ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Gabrielli Ketlyn Ramos Andreani

Gabrielle Ecks

Geórgia Schubert Baldo

Ana Paula Ferreira Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020910>

CAPÍTULO 11..... 115

PERCEÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL SOBRE SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇO DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL

Leandro Lopes Gibson Alves

Leide da Conceição Sanches

Elaine Rossi Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020911>

CAPÍTULO 12..... 126

PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA PARA PESSOAS IDOSAS QUE RESIDEM EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Dayara Fermiano Campos

Giovanna Silveira Ronqui Souza

Luana Silva Machioski

Thaynara Garcia Gomes

Felipe Ganzert Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020912>

CAPÍTULO 13..... 136

PROJETO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PELOS PARES DA FUNDAÇÃO PORTUGUESA “A COMUNIDADE CONTRA A SIDA” A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DOS JOVENS VOLUNTÁRIOS

Filomena Margarida Venâncio Frazão de Aguiar

Paula Cristina de Almeida Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020913>

CAPÍTULO 14..... 148

POPULAÇÃO VULNERÁVEL: IDOSOS

Alyssa Reis Daniel

Bruna Silverio de Sousa

Hugo Murilo de Carlos Vergnano

Jamile Brey Vieira

Julia Marchesi Zeferino

Denise Ribas Jamus

Silvia Regina Hey

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020914>

CAPÍTULO 15..... 157

O PSICODIAGNÓSTICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES DIANTE DA QUEIXA DE TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM

Ana Raquel Gomes Ferreira

Lúcia Fernanda Costa Castro

Mara Eduarda Sousa de Alencar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020915>

CAPÍTULO 16..... 164

PERCEÇÃO DA DOENÇA E DIABETES TIPO 1: REVISÃO SISTEMÁTICA

Gracielie da Silva Campos

Luana Thums

Elisa Kern de Castro

Tonantzin Ribeiro Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020916>

CAPÍTULO 17..... 178

EFICÁCIA A LONGO PRAZO DA PSICOTERAPIA NA DEPRESSÃO MAJOR: ESTUDO DE COMPARAÇÃO ENTRE A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E A TERAPIA FOCADA NAS EMOÇÕES

Paula Marinho Vieira

João Manuel de Castro Faria Salgado

Robert Elliott

Carla Alexandra Castro Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020917>

CAPÍTULO 18..... 188

DANDO MAIS TEMPO AO TEMPO NAS ESCOLAS

Zena Eisenberg

Carlos Alberto Quadros Coimbra

Sibele Cazelli

Jéssica Castro Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020918>

CAPÍTULO 19..... 207

MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO ADOTADOS POR UMA NONAGENÁRIA IMPOSSIBILITADA DE ANDAR: UM ESTUDO DE CASO

Rosaine da Silva Santos Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020919>

CAPÍTULO 20..... 217

CRENÇAS INFANTIS DE CONCEÇÃO E NASCIMENTO E FATORES ASSOCIADOS

Filomena de São José Bolota Velho

Elisabete Batoco Constante de Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020920>

CAPÍTULO 21..... 242

OS QUESTIONÁRIOS NA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA. FUNDAMENTOS PARA A SUA CONSTRUÇÃO, ADAPTAÇÃO CULTURAL E ESTUDO DA FIDEDIGNIDADE E VALIDADE

Maria João de Castro Soares

António João Ferreira de Macedo e Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020921>

CAPÍTULO 22.....267

MONITORIA ACADÊMICA NA DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA: EXPERIÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Denise Maria de Azevedo Frota

Maria Laís dos Santos Leite

Mauro Michel El Khouri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020922>

CAPÍTULO 23.....275

SÍNDROME DE *BURNOUT*: ESTUDO EM UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Álvaro Jorge Loro

Aline Bogoni Costa

Samantha de Toledo Martins Boehs

Thais Cristine Farsen

Samara Meinchein Furlanetto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020923>

CAPÍTULO 24.....288

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO CÂNCER INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ray Roberto Andrade Nascimento

Rita Cristina de Souza Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020924>

CAPÍTULO 25.....299

A DEVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E UM DIÁLOGO COM A PSICOLOGIA

Aldenise Barreto de Albuquerque Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020925>

CAPÍTULO 26.....312

UMA PONTE ENTRE O PSÍQUICO E O SOMÁTICO: O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO COMO POSSIBILITADOR DA PROMOÇÃO DE SAÚDE

Carline Engel Krein

Valeska Schwarz Kucharski

Luciane Miranda

Bruna Sipp Rodrigues

Tatiane Ströher Renz

Simoni Antunes Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020926>

CAPÍTULO 27.....319

ANSIEDADE PRÉ – COMPETITIVA E AUTOCONFIANÇA EM MODALIDADE DE ESPORTE COLETIVO

Andréia Maria Bernardt

Scheila Beatriz Sehnem

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020927>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	329
ÍNDICE REMISSIVO.....	330

A DEVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E UM DIÁLOGO COM A PSICOLOGIA

Data de aceite: 20/08/2021

Aldenise Barreto de Albuquerque Silva

Bacharel em Direito na Faculdade de Direito do Recife (UFPE), Graduada em Psicologia pela Faculdade Católica Salesiana de Macaé, RJ. Psicanalista pela Miesperanza International. Advogada na Petrobrás

RESUMO: A devolução de crianças e adolescentes institucionalizados é um tema delicado e complexo que, embora traga em seu bojo causas e motivações, supera os aparatos legais, merecendo atenção não só da área do Direito, mas também da Psicologia no que tange às relações afetivas em questão. O presente trabalho tem por objetivo abordar as questões emocionais em relação às crianças que se encontram no sistema de abrigamento quando de sua devolução, após o regular processo de adoção e convivência com seus pais adotivos. Pretende-se discorrer sobre as justificativas que levam as partes envolvidas (crianças e pais) ao fracasso da adoção, discutir o significado desse segundo abandono para a criança e os efeitos que poderão influenciar em seu desenvolvimento. Além da questão em si, serão revisitados o modelo institucional como alternativa do Estado para acolhimento dessas crianças, bem como os dispositivos legais vigentes, como medidas protetivas, para garantia de seu desenvolvimento integral. Por fim, esse trabalho pretende investigar a contribuição da Psicologia para com os adotantes e adotados, levando em consideração as expectativas e necessidades

de ambos, de forma a amenizar o sofrimento e possíveis danos. Para alcançar esses objetivos, buscou-se recorrer ao estudo qualitativo por meio de pesquisa e revisão bibliográfica sobre o tema no período de 2018 a 2020. Os resultados desse trabalho possibilitaram identificar que a criança ou adolescente, quando devolvidos, sofrem impactos emocionais tais como: tristeza, baixa autoestima, abalos nas relações interpessoais e dificuldades em estabelecer vínculos afetivos.

PALAVRAS - CHAVE: Abandono. Abrigamento. Adoção. Crianças. Devolução.

ABSTRACT: The return of institutionalized children and adolescents is a delicate and complex topic that, although it brings causes and motivations within it, surpasses the legal apparatus, deserving attention not only from the area of Law, but also from Psychology with regard to the affective relationships in question. The present work aims to address the emotional issues in relation to children who are in the shelter system when they are returned, after the regular process of adoption and living with their adoptive parents. It is intended to discuss the justifications that lead the parties involved (children and parents) to the failure of the adoption, to discuss the meaning of this second abandonment for the child and the effects that may influence its development. In addition to the question itself, the institutional model as an alternative for the State to host these children will be revisited, as well as the legal provisions in force, such as protective measures, to guarantee their integral development. Finally, this work intends to investigate the contribution of Psychology to

the adopters and adopted, taking into account the expectations and needs of both, in order to alleviate the suffering and possible damages. To achieve these objectives, we sought to use a qualitative study through research and bibliographic review on the theme from 2018 to 2020. The results of this work made it possible to identify that the child or adolescent, when returned, suffers emotional impacts such as: sadness, low self-esteem, shaking in interpersonal relationships and difficulties in establishing affective bonds.

KEYWORDS: Abandonment. Housing. Adoption. Children. Devolution.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo abordar a devolução das crianças e adolescentes institucionalizados, após o regular processo de adoção e convivência com seus pais adotivos, bem como as implicações afetivas decorrentes.

A adoção é uma forma de filiação parental, prevista em lei e sustentada por vínculos socioafetivos com o objetivo de proporcionar à criança e ao adolescente, o direito primário de “convivência familiar e comunitária”, assegurada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Poder Legislativo ao criar o instituto da adoção visou salvaguardar e proteger as crianças e adolescentes que estavam em sistema de abrigamento e sem possibilidade de retorno à sua família de origem, seja por questão de abandono, seja pela impossibilidade de criação e educação dos mesmos. A adoção tenta suprir a ausência da família e facilitar uma nova vinculação afetiva estável, sendo irrevogável tal medida. Parte-se do entendimento de que uma vez adotada a criança, ela possui a mesma condição de filho biológico, com todos os direitos, inclusive, sucessórios. Embora haja casos com êxito na construção do vínculo afetivo entre adotante e adotado, em que a relação entre pais e filhos se estabelece, é significativo o número de casos malsucedidos que resultaram na devolução ou restituição da criança ou adolescente à instituição de acolhimento, trazendo para o adotado uma reedição do desamparo que experimentou ao chegar no abrigo pela primeira vez.

Apesar da sentença judicial constitutiva que deferiu a adoção ter caráter irrevogável, não tem o condão de garantir uma inabalável convivência familiar. Logo, é mister aos magistrados que pesem as condições em que se encontra a criança ou adolescente e decidam pelo menor prejuízo a estes, o que coincide, muitas vezes, a aceitarem a restituição do adotado, para evitar um sofrimento maior para essas pessoas. Compreende-se como sofrimento, os possíveis e eventuais maus-tratos ou atitudes de rejeição.

Para a realização desse artigo foi utilizada a pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica compreendendo as áreas do Direito, da Psicologia e da Psicanálise. Para tanto, foram utilizadas obras de estudiosos sobre o tema proposto, além da legislação vigente no Brasil. A escolha por esse tipo de investigação tem por finalidade abordar e discutir a importância do assunto e propor reflexões sobre o tema a partir de diversificados ângulos.

Apesar da delicadeza do assunto e de sua expressividade nos dias atuais, tendo em vista o crescente número de devoluções de crianças e adolescentes adotados, foi encontrada pouca produção, especificamente sobre os impactos afetivos e sociais envolvidos nesse processo. Os artigos encontrados, mesmo na área do Direito, apontam para a adoção e o fenômeno da restituição da criança e adolescente às instituições, reportando-se à aplicação de medidas legais e terapêuticas, porém, sem tecer maiores detalhes acerca das questões afetivas envolvidas, situações essas que sugerem a necessidade de mais trabalhos de pesquisa sobre o tema.

Na busca por identificar os aspectos afetivos envolvidos no processo de devolução de crianças se recorreu às teorias da psicanálise, no entanto, sem buscar maior aprofundamento nessa abordagem.

Durante a elaboração desse estudo, a autora havia planejado visitas a espaços como instituições de abrigamento e de órgãos judiciais, como as Varas da Infância e Juventude. No entanto, diante da pandemia de “COVID-19”, as autoridades municipais decretaram a necessidade de isolamento social com o objetivo de conter o avanço do contágio. Diante do exposto, não houve a possibilidade de visita aos espaços mencionados.

Apesar do escasso material acadêmico acerca do tema proposto, tanto nas áreas do Direito, da Psicologia e da Psicanálise, foram utilizados teses, livros, matérias de revistas científicas e produções acadêmicas com busca exploratória de artigos científicos indexados em bases de dados como a BVPSI, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), MEDLINE, LILACS e SCIELO, utilizando os descritores: abandono, abrigamento, adoção, crianças e devolução.

A técnica de análise de dados e a revisão sistemática de literatura tiveram como alicerce as obras de autores renomados na temática que permitiram segurança nos tópicos abordados, como: Maria Berenice Dias, Rolf Madaleno, Carlos Roberto Gonçalves, M. L. Marcílio, Ivana Oriente, Sonia Margarida Gomes Souza, Letícia Franco, Júlia Brito Fonseca e Schettini com a figura da adoção e o abandono de crianças, além da legislação brasileira e seus percursos na linha temporal. Hália Pauliv e Renata Pauliv Casanova trouxeram à discussão a questão da adoção e as causas que motivam a devolução. Em suas obras, as autoras destacam a necessidade de preparação tanto dos pretendentes à adoção, como a aparelhagem do Estado para acelerar os processos de adoção cuja morosidade, contribuem com a desistência dos perfis de escolha dos candidatos. Hália Pauliv, em obra individual (2010), traz exemplos de casos desafortunados de crianças e adolescentes cujos traumas são dolorosos.

Por sua vez, Maria Luiza Ghirardi além de tratar a necessidade ventilada pelas autoras e as questões problematizadas, traz à debate a responsabilidade do Estado e dos pais adotantes pelos prejuízos causados às crianças e adolescentes, que não são unicamente materiais, mas sociais e emocionais.

Na mesma linha, Cynthia Peiter traz a contribuição da clínica psicanalítica para

a compreensão desses traumas que têm como fraturas, os vários estágios na infância sustentados por Donald W. Winnicott, com a relação mãe-bebê, a questão do ambiente a regressão e as testagens enfrentadas pelas crianças e adolescentes.

RIEDE e SARTORI traz à baila diversas questões, desde o encantamento inicial dos pretendentes para adotar e à adaptação necessária para um vínculo afetivo familiar.

Por fim, há de se apontar uma reflexão sobre as questões expostas e a percepção do que não foi dito, com ética e sem pré-julgamentos. O objetivo é contribuir com o debate acadêmico sobre o tema tão delicado e complexo, abrindo ainda espaço para reflexão de outros pontos que não são claramente colocados, mas que não passam despercebidos, convocando o leitor a debates, são por exemplo: a desigualdade social e a falta de políticas públicas. As causas de abandono das crianças de seu núcleo familiar apontam para a responsabilidade das próprias famílias, colocando-as como únicas culpadas de todo o processo, quando na verdade, existe todo um contexto político-social que contribui com o problema-raiz que antecede a adoção. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apresentou em 2013 o resultado das inspeções anuais realizadas pelos promotores da infância e juventude e é possível identificar as principais causas para o abandono dessas crianças e adolescentes no país.

2 | ASPECTOS HISTÓRICOS DO ABANDONO DE CRIANÇAS

O abandono de crianças é uma prática que vem desde a Antiguidade, variando apenas no contexto social, nas motivações, causas e circunstâncias. A partir de um percurso histórico, percebemos que na Idade Média, as crianças eram deixadas em “rodas” – cilindro oco de madeira, giratório -, que eram construídas em muro de igreja e hospital de caridade, onde essas crianças eram depositadas à sua própria sorte. No Brasil, no período colonial, esse dispositivo foi nomeado “Roda dos Expostos” ou “Roda de Enjeitados”, e foi implantada devido ao crescente número de bebês que eram abandonados nas ruas, em lugares imundos, à mercê do tempo e dos animais que os devoravam antes de serem encontrados.

A partir do século XVIII, a infância abandonada passou a ser uma questão social e política de emergência. Muitas famílias, influenciadas pelo sentimento religioso de caridade, passaram a acolher as crianças abandonadas e desprotegidas, prática essa comum e muito difundida no século XVIII e ainda propagada nos dias atuais (MARCÍLIO, 1998, p.67).

Apesar das mudanças de paradigma no que tange a forma como a criança era contemplada, o abandono infantil e a violência continuaram fazendo parte das várias classes sociais no mundo contemporâneo, principalmente, nas famílias mais pobres. Fatores como a ocupação com o trabalho, a carência de recursos materiais da família, doença, dependência química, prisão dos pais ou responsáveis, abuso sexual, orfandade, mendicância, violência doméstica e o próprio abandono, seriam os principais motivos para

que as famílias e o Poder Público vissem o acolhimento como a única opção de amparo encontrada para diminuir o sofrimento das crianças (SILVA, 2002 apud ORIONTE, SOUZA, 2007).

O relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) divulgou o resultado das inspeções anuais realizadas pelos promotores da infância e juventude realizadas no ano de 2013 e apontou a negligência e a dependência de álcool e outras drogas, como as principais causas de abandono de crianças e adolescentes pelos seus pais no Brasil e que resultaram em acolhimento institucional. Com a dependência química, os pais podem se tornar agressivos, negligentes e violentos, abandonando seus filhos à própria sorte. O estudo apontou outras causas não menos expressivas para o abandono de crianças pelos pais, em primeiro lugar, por negligência e sucessivamente, por violência doméstica, por abuso sexual e por situação de rua (CNMP, 2013).

Em razão da vulnerabilidade das crianças e adolescentes, o Estado sugere como opção, em caráter provisório, o acolhimento nos abrigos, pelo menos até que as famílias possam se reestruturar e, dessa forma, venham buscar suas crianças. Contudo, destaca-se a necessidade de proteção também para essas famílias desestruturadas por meio de políticas públicas, haja vista que, na ausência de atenção e cuidado para esses grupos sociais, as possibilidades de retorno das crianças ao núcleo familiar tornam-se reduzidas, cenário esse frequente no contexto brasileiro, em que se amplia o número de acolhimentos nas diversas instituições espalhadas pelo país (CNMP, 2013).

2.1 Perspectivas Sobre a Proteção do Estado e a Legislação Vigente no Brasil

Diante do abandono de crianças, em 1990 foi promulgada a Lei 8.069 consagrada como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alterada depois em alguns dispositivos pela Lei 13.309, de 05.11.2017, que regulamenta, especificamente, o modelo de proteção integral preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança proclamados pela ONU - Organização das Nações Unidas (BRASIL, 1990). Em consonância com o Código Civil (BRASIL, 1916-2002) e a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estado assume finalmente sua responsabilidade sobre a assistência à criança e ao adolescente, proclamando a família como base da sociedade e afirmando essas pessoas como sujeitos de Direito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente veio substituir o Código de Menores (Lei nº 6.697/79) denominado de “Código Mello Mattos”, em homenagem ao autor do projeto, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. A Legislação estava voltada para as pessoas classificadas como “abandonadas”, “expostas”, “carentes” ou autoras de atos infracionais e, por isso, passíveis de tutela pela lei. A partir do “Estatuto da Criança e do Adolescente”, essas pessoas passaram a ser consideradas cidadãs em fase peculiar de desenvolvimento e, portanto, sujeitos de direitos e deveres. Para a efetivação desses direitos, o ECA estabeleceu um novo ordenamento institucional no qual foram criados órgãos responsáveis pelas políticas voltadas a esses segmentos etários (infanto-juvenil), através de um Sistema

de Garantia de Direitos do qual faz parte o “Conselho Tutelar” (FONSECA, 2016).

O novo Estatuto apresentava como objetivo, assegurar à criança e ao adolescente o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, além de destacar o direito de serem criados e educados no seio de sua família e – em caráter excepcional - em família substituta, que busque garantir a convivência familiar e comunitária para seu desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Tais direitos são mencionados no artigo 227 da Constituição Federal, onde se depreende que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a criança e o adolescente. Cumpre observar que a família, embora tenha um papel decisivo na formação e desenvolvimento desses indivíduos, por ser o primeiro grupo social de inserção do sujeito e ser uma fonte de promoção à saúde, em seu extremo, a família também pode favorecer a produção de doenças e inúmeros prejuízos para a criança e ao adolescente decorrentes das questões geradas pelo convívio social (BRASIL, 1988).

Quando esses Direitos Fundamentais da criança são violados, o abrigo institucional torna-se uma alternativa como medida de proteção oferecida pelo Estado (BRASIL, 1990). As instituições foram criadas para atender as crianças e adolescentes, que por alguma razão foram abandonados ou afastados da família, onde permanecerão - excepcionalmente, e em caráter provisório - até que possam retornar à família natural ou serem inseridos em outro lar, um lar substituto. Apesar das considerações divergentes, estudos demonstram que em situações graves na família, a instituição ainda pode ser a melhor opção de apoio e afeto para a criança.

Segundo Oriente e Souza (2007), não há dúvida de que o abrigo como instituição cumpre uma função social, porém, é importante refletir sobre a forma de subjetivação dessas crianças não em caráter individual, mas também no âmbito social em que se constituem, pois além da separação de sua família de origem, que muitas vezes ocorre de forma abrupta, passam pela experiência de conviver com pessoas totalmente estranhas, num ambiente compartilhado com outras tantas crianças também desconhecidas, sem abranger qualquer relação de pertencimento àquele espaço.

Ademais, em razão da burocracia do processo de reinserção da criança/adolescente, o abrigo que deveria ser provisório, pode tornar-se permanente. As crianças que são ignoradas pela família natural enfrentam a invisibilidade social e a incerteza quanto ao futuro. Ao Estado - objetivando minorar a situação das crianças e adolescentes nos abrigos por longos anos, sem que haja possibilidade de retorno às famílias de origem - não resta alternativa, a não ser a adoção, sobretudo pelo cumprimento da lei vigente que visa garantir a convivência familiar.

2.2 A Adoção e o Processo de Adoção no Brasil e Seus Desafios

A adoção, atualmente regida pela Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, chamada de “Lei Nacional da Adoção” se caracteriza como uma medida excepcional e irreversível, conforme dispõe a legislação em vigor (Arts. 9, 39, § 1º, ECA, 2009).

A adoção seria a última alternativa dentre as políticas públicas a serem tomadas, sempre no propósito de atender aos melhores interesses da criança e do adolescente. Para tanto, os Juízes, promotores e a Defensoria Pública devem esgotar todos os meios para a manutenção da criança ou adolescente com seus pais biológicos ou com a família natural, dando prioridade à reintegração da criança em seu ambiente familiar (MADALENO, 2018).

Para favorecer maior agilidade aos processos de adoção e diminuir o tempo de permanência nos abrigos, a “Lei Nacional de Adoção” criou o “Cadastro Nacional”, sendo mantido o cadastro em comarcas regionais, para facilitar o encontro de crianças e adolescentes aptas para adoção e de candidatos habilitados. A lei limita em 02 (dois) anos a permanência dos menores no programa de acolhimento, prorrogáveis em caso de necessidade (ECA Art. 19, §2º, BRASIL, 1990).

Na prática, entretanto, verificamos que o efeito foi inverso e as crianças e adolescentes ultrapassam esse tempo de permanência nos abrigamentos. Isto ocorre, em razão das tentativas do Estado de procurar a família de origem ou de aguardar que a mesma se recupere e venha buscar a criança, o que pode durar vários anos ou nunca acontecer. Nesse interim, os candidatos ou pretendentes à adoção, além de perderem as chances de compartilhar a primeira infância da criança, acabam desistindo do perfil escolhido. Quando finalmente disponibilizam a criança para adoção, há o risco de não haver mais interesse nesse processo, pois já estão com mais idade (DIAS, 2017, p. 508).

O candidato que demonstrar interesse em adotar, de acordo com a Lei Nacional de Adoção nº 12.010 de 2009 deverá comparecer a uma Vara da Infância e Juventude e habilitar-se e após o preenchimento dos requisitos legais e aprovação, inscrever-se no cadastro local e nacional de pretendentes, submetendo-se, em seguida, a cursos e avaliação psicossocial, visitas domiciliares e entrevistas técnicas com a equipe interprofissional do Judiciário. Nessa fase, o pretendente preencherá um cadastro descrevendo as características da criança ou adolescente que pretende adotar, apresentando suas expectativas e motivações em relação à adoção. O pretendente à adoção, considerado apto, permanecerá no cadastro aguardando ser chamado na hipótese do aparecimento de alguma criança ou adolescente com seu perfil, podendo visitar abrigos e instituições em busca deste encontro, desde que sigam as orientações legais (BRASIL 2009).

Após o deferimento do pedido de inscrição do pretendente e escolhido o perfil da criança ou adolescente, será promovido o obrigatório estágio de convivência - só podendo ser dispensado, segundo Gonçalves (2018, p.192) - “se o adotado estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a

conveniência da constituição do vínculo”.

Durante esse período, os adotantes possuem a guarda legal da criança, que é provisória, podendo, mediante justificativa, ser revogada a qualquer momento. Durante o período de estágio de convivência, a lei permite a desistência, tendo em vista que ainda não ocorreu a adoção (ECA, Art. 34, § 2º; Art 35. BRASIL, 1990).

Ocorre, entretanto, de alguns adotantes aceitarem a criança ou adolescente e, após algum tempo de convivência, os devolverem. A ruptura desse vínculo é preocupante e merece atenção, não só por conta da violação dos direitos legais, mas pelo sofrimento que advém desse mecanismo de devolução ou restituição para solucionar um problema ou desconforto relacional (GHIRARDI, 2015).

3 I PSICOLOGIA E DIREITO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL SOBRE O PROCESSO DE ADOÇÃO

O procedimento de devolução da criança adotada, segue o mesmo processo de abandono de um filho biológico, ou seja, é recolocado numa instituição. Diante do que podemos observar na literatura, a devolução é uma realidade e, mesmo violando a lei, os magistrados se sentem obrigados a aceitar a criança ou adolescente e recolocá-los no abrigo para evitar que sua permanência no núcleo familiar possa trazer-lhes maiores sofrimentos, tornando-as, por vezes, vítimas de maus-tratos, abusos e humilhações (GONÇALVES, 2018).

Adotar uma criança ou adolescente, como defende Schettini Filho (2008, apud RIEDE; SARTORI, 2013), exige a consciência clara da maternidade/paternidade como condição para que o sonho da procriação afetiva se torne realidade tanto na vida dos pais quanto dos filhos. No início existe a fase do encantamento, mas passados os dias, meses e anos de relacionamento, ambos – adotantes e adotados – passam a viver de forma mais intimista e nesse período que a fantasia e a realidade estão frente a frente. No enfrentamento diário, tanto o filho como os pais começam a perceber que o desejado está muito além da realidade. Essa fase se delinea como o período das descobertas, das identificações, das diferenças e das afinidades, sendo necessária a busca de auxílio, sobretudo terapêutico, sob pena de tornar a convivência tão insuportável que pode resultar numa adoção fracassada, culminando na devolução do filho à instituição.

3.1 Os Múltiplos Motivos para a Devolução da Criança

No processo de adoção, os pais adotivos das crianças e adolescentes apresentam diversificados motivos para que ocorra a devolução ou retorno à instituição. Para Souza e Casanova (2018), a devolução do filho adotado representa um fracasso no processo, apesar de todo o empenho dos profissionais, assistentes sociais, psicólogos e técnicos do Judiciário, além dos cursos de preparação e entrevistas técnicas. Aventa-se a hipótese, que a longa espera dos pretendentes no processo de adoção, o período insuficiente de

convivência, aliados à imaturidade e despreparo emocional dos pais, bem como da criança e adolescente, contribuam para esse insucesso. Contudo, outros motivos são apontados como causas para a devolução, a começar pela expectativa dos pretendentes, afinal, algumas pessoas sonham e idealizam um filho de acordo com seu desejo (filho ideal), contudo, a expectativa pode não corresponder à realidade (filho real).

Diante desse contexto, é preciso verificar o quanto de investimento narcísico está por trás desse desejo subjetivo de adotar. As construções subjetivas se não identificadas, tendem a confundir as relações afetivas, pois espera-se o que não existe, sendo necessário no caso da adoção, realizar o luto do filho ideal para aceitar e amar aquela criança ou adolescente escolhida para adotar, com todas as suas características e dificuldades (SOUZA; CASANOVA, 2018).

Na literatura, percebemos que não são poucos os que recorrem à adoção, sustentados muitas vezes pelo sentimento de luto, pela experiência de abortos, perda de um filho ou como alternativa para a infertilidade (FRANCO, 2016).

Nessas hipóteses, cada vez que o adotante olha para o filho adotivo, lembra do seu luto e da criança que não gerou, contexto esse que o remete ao sofrimento e frustração. Nestes casos, às vezes, a devolução é inevitável, pois preferem devolver a criança a lembrar do seu fracasso biológico ou da criança com a qual sonharam ou idealizaram como sua, mas que não foi encontrada (SOUZA, 2012).

O aspecto físico da criança, a sua linguagem, o comportamento, o histórico de vida, a etnia e a origem, a sobrecarga de atividades, cansaço e desgaste físico diante do trabalho com alimentação, vida escolar, doenças, noites sem dormir, também incomodam alguns adotantes. Essa nova dinâmica familiar é um problema para alguns casais, que também se sentem invadidos na sua privacidade, alijados de sua liberdade. (SOUZA, CASANOVA, 2018).

Essa nova dinâmica familiar é um problema para alguns casais, que também se sentem invadidos na sua privacidade, alijados de sua liberdade. Quando possuem outros filhos, os pais podem se sentir ainda mais sobrecarregados por não saberem administrar as tarefas e, com alguma frequência, pode acontecer de precisarem lidar com aspectos afetivos relacionados aos irmãos, como o ciúme, a inveja e a resistência dos filhos gerados para com os adotados.

Outros motivos influenciam na devolução do filho adotivo à instituição, como por exemplo, a criança que começa a apresentar problemas de saúde ou doença crônica ao ser levada para casa, e os pais sentem-se inábeis para tratá-la. Nesse contexto, os pais costumam expressar também narrativas de que foram enganados, pois alegam não terem sido informados para se prevenir ou desistir antes do processo de adoção, justificando, por vezes, a falta de recursos financeiros para os cuidados necessários. Entre outras queixas dos pais que recorrem à devolução das crianças, estão relacionadas à sexualidade, ao mau comportamento, à mentira, à rebeldia, aos pequenos furtos, à desobediência, à testagem

de limites e à regressão psicológica, experimentada por algumas crianças (SOUZA, 2012).

Segundo Souza e Casanova (2018), a regressão psicológica é um “renascimento” da criança naquela família. A criança revive sua 1ª infância fazendo xixi na cama, querendo engatinhar, falar como um bebê, pede chupeta e mamadeira, entra na roupa da mãe fingindo que vai nascer de novo. É como se essas crianças estivessem expressando a oportunidade de renascer, recomeçar, repaginar sua pequena história. Embora seja um sinal positivo, muitos pais não aceitam essa situação e manifestam inabilidade em lidar com essa fase que, embora complexa, costuma ser breve.

As autoras alertam sobre outra situação comum, conhecida como testagem. Nesse contexto, a criança e o adolescente fazem de tudo para chamar à atenção dos pais e ver o limite deles para saber se são aceitos, principalmente, aqueles que já têm um histórico de outras devoluções, visto que já passaram por isso mais de uma vez.

Para Winnicott (2011), a testagem é um comportamento comum nas crianças e adolescentes. Nesse contexto, as mesmas apresentam a necessidade de testar seus pais para verificarem se podem confiar neles, e essa prática pode se perpetuar até idade mais avançada, até que se sintam mais seguros. Os adolescentes, por exemplo, testam suas ordens, suas regras, seus limites. A resposta provável para essa testagem pelos maiores é a descoberta de sentimentos e emoções fortes que os preocupam e, às vezes, os amedrontam. Dessa forma, é preciso testar os meios de segurança que recebeu desde a primeira infância, como também se configura como estratégia para voltarem a se sentir seguros e confiar plenamente.

No entanto, não apenas os adotantes apresentam motivos de retorno da criança ao abrigo, outras causas que norteiam a devolução, dessa vez, por parte dos adotados, como por exemplo: maus-tratos, abusos, negligência dos pais, saudades da instituição pelo tempo e familiaridade com esse espaço, falta dos companheiros ou irmãos que lá tenham deixado, além das fortes lembranças da família de origem. Além dos motivos expostos para o retorno ao abrigo, destaca-se também, a falta de adaptação às novas regras – que não raras vezes – promove no adotado sentimento de não pertença à nova família, como se fossem estranhos ao novo núcleo familiar. Assim, muitos adotados sentem que aquele novo grupo não se configura como sua família de verdade, provocando portanto, desconforto e angústia (SOUZA, 2012).

De acordo com Souza e Casanova (2018), a criança e adolescente recebem uma “surra emocional” e quanto maior for o adotado, maior será o trauma, além de contar com a frustração de perder a casa onde residia, a escola e os benefícios materiais. Em alguns casos, com a devolução, a criança fica provisoriamente, fora da nova lista de adoção com o objetivo de ser assistida pelos psicólogos e demais profissionais para superação da experiência vivida.

Não há dúvida de que a devolução seja um assunto delicado e complexo e nem toda criança consegue resilir frente à experiência da pós-adoção malsucedida. A maioria

carente de afeto não entende essa reincidência de abandono ou maus-tratos e revive o trauma do abandono, reeditando tantas vezes forem, as devoluções (SOUZA, 2014).

3.2 Contribuições da Psicologia e da Psicanálise no Processo de Adoção

A dor e angústia causadas pelo sentimento de rejeição e a falta de compreensão do motivo que levou seus pais adotivos a devolvê-las, podem levá-las a estados emocionais imprevisíveis. Muitas crianças apresentam desde o quadro de depressão, baixa autoestima, medo, baixo desenvolvimento físico e cognitivo a doenças graves que ameaçam sua saúde. A criança pode entrar em crise, sentir-se humilhada, depreciada, perder a esperança, e ter medo de se apegar novamente (SOUZA, 2012).

A Autora Souza (2012) ilustra essa situação por meio de relato do caso de uma criança devolvida que, quando retornou à instituição, enfiou-se debaixo da cama e só saía para ir ao banheiro e alimentar-se. Destacamos também, o caso de um jovem que desenvolveu “cegueira emocional”, não conseguindo enxergar nada, mesmo tendo seus olhos clinicamente saudáveis. A falta de alguém a quem pudesse se apegar e que pudesse acolhê-lo exatamente como era, favoreceu o surgimento de sintomas bastante complexos.

A tristeza, a indignação e a revolta, também podem se expressar em crianças maiores e adolescentes que venham a apresentar comportamentos forjados para se defender do trauma do abandono, como: a indiferença, a frieza e entre outros, aparentando expressar hostilidade e agressividade. Essas crianças também podem manifestar o desejo de não serem adotadas, temendo uma nova desilusão e sofrimento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios no processo de adoção, que envolvem também aspectos psíquicos, como a idealização do filho desejado, a reedição de conflitos tanto dos adotantes quanto adotados, entre outras questões, evidencia-se a necessidade de ampliar ainda mais os diálogos entre o Direito, a Psicologia e suas abordagens, delimitando as fronteiras conceituais de cada área.

Conforme ressaltado, anteriormente, a figura da devolução do adotado não está previsto no ordenamento jurídico, posto que a adoção é medida excepcional e sua sentença constitutiva, irrevogável, conforme prevê o § 1º, do artigo 39 do Estatuto da Criança e Adolescente. Entretanto, cresce o número de adoções malsucedidas implicando em inevitáveis retornos das crianças às instituições, na maioria dos casos, com abalos emocionais podendo comprometer seu desenvolvimento, sobretudo, de uma nova socialização.

Nesse trabalho de resgate, várias situações podem emergir no *setting* terapêutico, como os medos e angústias ligados à separação, à desconfiança em estabelecer novos vínculos. Nesse contexto, o terapeuta ao mesmo tempo que ocupa lugar de fundamental importância para acolher essa carga afetiva e ajudar a criança no processo de elaboração,

também exercerá a função de anteparo tornando-se alvo das projeções dessas angústias e medos. É necessário que essas projeções ocorram no ambiente terapêutico com um profissional e não com os pais adotivos ou pretendentes à adoção durante o Estágio de Convivência. Essa proposta se justifica porque nem todos os pais estão suficientemente preparados, razão que influencia muitos candidatos a desistirem da adoção ou venham a devolver as crianças ao abrigo (PEITER 2016, p.57).

Assim, diante da complexidade e delicadeza do tema proposto, que suscita reflexões no âmbito jurídico e social, não se pretende concluir os diálogos aqui sugeridos, mas contribuir para novas pesquisas sobre as questões afetivas na devolução das crianças e adolescentes institucionalizados, a partir da interface entre o Direito e a área da Psicologia e Psicanálise.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. **Código de Menores. 1927.**

_____. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal. 1940.**

_____. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil. 1988.**

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. 1990.**

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil. 2002.**

_____. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Código Civil e Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. 2009.**

_____. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. **Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Código Civil e Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. 2009.**

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/conanda/orientacoes_tecnicas_crianca_adolescente_2009.pdf>. Acesso em 18 out.2019.

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. **Relatório da Infância e Juventude - Relatório da Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País.** Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. Disponível em: <<https://www.cnpm.mp.br/portal/institucional/3-noticias/todas-as-noticias/3702-cnpm-divulga-dados-sobre-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 11 nov.2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias** – 12.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

FRANCO, Leticia. A Adoção e a Devolução de Crianças e Adolescentes. **Jusbrasil**. 2016. Disponível em: <<https://leticiafse.jusbrasil.com.br/artigos/327552488/a-adocao-e-a-devolucao-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em 02 abr.2018.

FONSECA, Júlia Brito. Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Jusbrasil**. 2016. Disponível em: <<https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 29 mar.2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**.vol.6. Direito de Família.15ªed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GHIRARDI, Maria Luiza de Assis Moura. **Devolução de Crianças Adotadas: um Estudo Psicanalítico**. São Paulo: Primavera Editorial. 2015.

____ Maria Luiza de Assis Moura; FERREIRA, Marcia Porto. **Laços e Rupturas: Leituras Psicanalíticas sobre Adoção e o Acolhimento Institucional**. São Paulo: Escuta. 2016.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2018

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: HUCITEC. 1998.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sonia Margarida Gomes. Viver em Abrigo: com a Palavra, a criança. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 2 (1) Minas Gerais: 2007. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/12artigo.pdf>>. Acesso em: 23 out.2019.

PEITER, Cynthia. **Adoção, Vínculos e Rupturas. Do Abrigo à Família Adotiva**.2 ed. São Paulo: Zagodoni Editora. 2016.

RIEDE, J.E.; SARTORI, G.L.Z. Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. **Perspectiva**. URICER. Porto Alegre: 2013. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_354.pdf>. Acesso em: 04 abr.2018.

SOUZA, Hália Pauliv de; CASANOVA, Renata Pauliv de Souza. **Adoção e a Preparação dos Pretendentes. Roteiro para o Trabalho nos Grupos Preparatórios**. Curitiba: Juruá, 2014.

____ Hália Pauliv de; CASANOVA, Renata Pauliv de Souza. **Adoção e seus Desafios**. Curitiba: Juruá, 2018.

____ Hália Pauliv de. **Adoção tardia: devolução ou desistência de um filho? A necessária preparação para adoção**. Curitiba: Juruá, 2012.

WINNICOTT, Donald Woods. **A Família e o Desenvolvimento Individual (Textos de Psicologia)**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 32, 109, 110, 111, 113, 114, 138, 152, 165, 167, 168, 172, 173, 214, 234

Adulto Mayor 11, 99, 100, 106

Ansiedade 14, 5, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 43, 44, 45, 56, 60, 62, 86, 132, 164, 169, 173, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

Aspectos Psicossociais 14, 288, 289, 290, 291, 295, 296

Autoconfiança 14, 142, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

Avaliação Psicológica 157, 158, 160

C

Câncer infantil 14, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 296, 297, 298

Concepção 13, 186, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 245, 246, 259

Conceitos Temporais 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 204

Contos de Fadas 10, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11

Controle Aversivo 11, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 88, 89, 90

Crenças em Saúde 164

Crenças infantis 13, 217, 220, 223, 229, 234

D

Depresión 11, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Depressão 13, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 53, 56, 60, 62, 81, 82, 83, 100, 109, 112, 113, 132, 151, 152, 161, 164, 169, 172, 175, 178, 179, 180, 185, 186, 279, 290, 294, 309

Desenvolvimento e Adaptação cultural 242

Diabetes Mellitus 164, 165, 175

E

Educação Profissional 115

Educar para a Saúde 136, 137

Ensino-Aprendizagem 159, 267, 270, 272, 273

Envelhecimento 129, 130, 131, 132, 133, 135, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 207, 208, 209, 210, 215, 216

Equipe Multiprofissional 12, 28, 48, 115, 133

Existencialismo 64

F

Fenomenologia 64, 66, 67, 68, 73, 74

Follow-Up 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186

G

Gestante 23, 24, 25, 28, 29

Graduação em Psicologia 267, 327

I

Idoso 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 210

Infertilidade 10, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 307

Internet 10, 35, 36, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 62, 114, 138

Investigação empírica 13, 242, 262, 263, 264

J

Jogos Terapêuticos 1, 7, 9

Jovens Voluntários 12, 136, 137, 139, 145, 147

L

Linguagem 2, 4, 12, 18, 27, 49, 55, 65, 91, 92, 93, 95, 98, 159, 189, 190, 191, 193, 203, 205, 227, 249, 307

Livros Didáticos 188, 199, 201, 202, 203, 204

M

Mecanismos de Compensação 13, 207, 214

Mídias Sociais 51, 54, 57, 58, 59, 60

Monitoria 14, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274

N

Nascimento 10, 13, 14, 22, 24, 33, 150, 208, 217, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 271, 288

O

Oficina Terapêutica 10, 12, 13, 16, 17, 18

P

Percepção da Doença 13, 164, 175

Prevenção do VIH e Sida 136

Processos evolutivos 217, 229, 239

Psicanálise 1, 3, 9, 12, 14, 19, 20, 26, 58, 65, 66, 69, 269, 300, 301, 309, 310, 329

Psicodiagnóstico 12, 157, 159, 160, 161, 162

Psicologia Clínica 20, 64, 66

Psicologia da Saúde 9, 164, 165, 175

Psicoterapia Analítico-Funcional 75

Psicoterapia Infantil 1

Q

Qualidade de Vida 12, 38, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 137, 148, 152, 153, 155, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 210, 265, 275, 285, 316

R

Recaída 178, 179, 180, 181, 182, 183

Redes Sociais 10, 35, 36, 38, 39, 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63

S

Saúde Mental 12, 1, 21, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 56, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 275, 277, 278, 286, 287

Segurança do paciente 12, 115, 119, 124

Síndrome de Burnout 14, 275, 278

Sonhos 11, 3, 42, 44, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 284

Suicídio 11, 18, 20, 56, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 180, 279

Sujeito 11, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 37, 56, 58, 59, 71, 78, 91, 95, 96, 97, 111, 134, 158, 160, 161, 162, 181, 210, 215, 227, 271, 304, 312, 314, 315, 317, 322

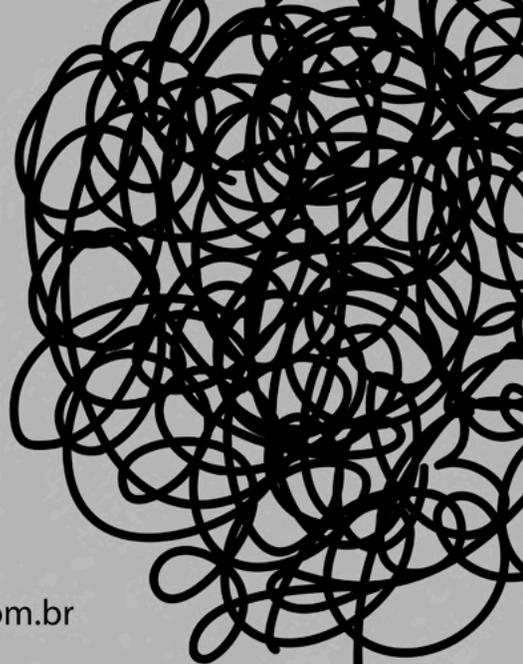
T

Trabalho 4, 12, 13, 17, 18, 19, 23, 25, 31, 37, 51, 53, 59, 60, 65, 71, 72, 73, 78, 81, 84, 88, 89, 95, 111, 116, 118, 120, 121, 122, 124, 133, 134, 135, 139, 142, 143, 145, 150, 151, 152, 153, 158, 161, 178, 188, 193, 201, 202, 203, 204, 211, 212, 213, 242, 243, 244, 246, 258, 261, 263, 264, 267, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 292, 295, 299, 302, 307, 309, 311, 312, 313, 316, 317, 327

Transtorno de aprendizagem 12, 157, 158, 160, 161, 162

V

Vulnerabilidade 12, 24, 53, 126, 127, 128, 129, 148, 152, 153, 284, 303



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A Pesquisa em Psicologia:

Contribuições para o
Debate Metodológico

2





🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A Pesquisa em Psicologia:

**Contribuições para o
Debate Metodológico**

2

